

Por que a negociação foi adiada

por Cláudia Safatle
de Brasília



Ernane Galvêas

A suspensão da renegociação de um pacote de US\$ 61,3 bilhões de dívida externa brasileira, num período de 1985 a 1991, foi decidida pelos ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Netto, ontem pela manhã, quando ficou caracterizada a divergência entre a proposta brasileira e a contraproposta dos bancos internacionais credores quanto ao preço do reescalonamento: o "spread" acima da libor que será cobrado como taxa de risco pelos bancos credores.

"Os bancos acham que a nossa proposta tem de ser tecnicamente quantificada e consideram a taxa muito baixa", disse o ministro Galvêas a este jornal, ontem. O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, fincou pé na posição brasileira de obter uma taxa média de 1,125% — a mesma do México. Os cálculos feitos pelos técnicos oficiais indicam que, para chegar a essa percentagem, cada prestação que for sendo vencida teria de ser paga pelo "spread" acertado nos contratos originais até o vencimento e, a partir daí, incidiria uma taxa de risco de 0,875%. Os bancos solicitaram uma recálculo desse percentual — que entendem baixo demais — e teria sido apenas neste ponto a diferença que provocou a suspensão da renegociação da dívida externa brasileira, a ser retomada em princípio, dia 28 próximo pelo presidente do Banco Central.

Para contornar a defesa

de Pastore, de que o Brasil tem uma dívida externa garantida por um governo, enquanto a do México não o é, e portanto, mereceria um tratamento pelo menos equivalente ao concedido ao governo mexicano, os banqueiros tentaram uma contraproposta: separar o que é dívida de governo e o que é dívida do setor privado e aplicar sobre a primeira uma taxa de risco menor que a da segunda. Galvêas explicou que este é um "outro ponto a ser trabalhado" com o retorno de Pastore ao Brasil. Enquanto isso, os catorze representantes de bancos estrangeiros no Advisory Committee voltam as suas sedes para consultas mais profundas.

AS DIVERGÊNCIAS

O ministro da Fazenda garantiu que, agora a questão do "spread", a "convergência nos demais pontos é quase total". Assim, ele disse que já estariam amarrados o montante do refinanciamento das amor-

tizações — US\$ 45,3 bilhões —, abrangendo o período de 1985 a 1991, mais US\$ 6 bilhões de linhas interbancárias e US\$ 10 bilhões de linhas comerciais, resultando, portanto, num pacote de US\$ 61,3 bilhões, incluindo os projetos 3 e 4, que podem ser firmados não só para este ano. Este seria, assim, um outro ponto inédito da renegociação, nesta fase III.

O prazo de dezesseis anos ou quinze anos de rolagem das amortizações está indefinido, a espera de um acerto na taxa de risco ("spread"). E a insistência do governo brasileiro na redução do "spread" é compreensível não apenas por representar um importante ganho político numa mesa de negociação, mas também por significar uma economia razoável de despesas com juros: cada 0,125% de taxa de risco corresponde a uma despesa de US\$ 300 milhões, no pacote plurianual, segundo cálculo do ministro da Fazenda.

Com as dificuldades encontradas no acerto desse ponto e a necessidade de recalcular qual a taxa efetiva de "spread" que teria que incidir após os vencimentos — se os 0,875% ou um outro valor — "eu disse ao Pastore que não adiantava ficar lá e que voltasse para refazeremos nossos cálculos e, enquanto isso, os bancos retornariam às suas bases para novas consultas".

PRESIDENTE-ELEITO

Indagado se o presidente eleito, Tancredo Neves, teria sido consultado sobre essa decisão, Galvêas ga-

rantiu: "absolutamente não". Afinal, lembrou, "o presidente eleito mesmo já disse que as negociações cabem ao governo do presidente Figueiredo, que ele confia nos negociadores e que vai honrar os compromissos assumidos".

A participação do presidente eleito, entretanto, tem sido muito mais intensa do que ele próprio reconhece publicamente. Desde novembro passado, quando veio ao Brasil a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para fixar as metas para a execução da economia para este ano que o ministro da Fazenda, acompanhado do seu secretário da Receita Federal, Francisco Neves Dornelles, tem mantido inúmeros

contatos, em Brasília, com Tancredo Neves.

Foi o próprio presidente eleito quem sugeriu aos ministros da área econômica que comandavam a montagem do acordo com o FMI que estabelecesse as metas dos quatro critérios de performance adotados pelo FMI até junho deste ano, e não até março como pretendia este governo. Tancredo Neves considerou inconveniente iniciar seu governo, a 15 de março, já sendo obrigado a sentar-se com os técnicos do FMI.

INFORMAÇÃO DETALHADA

Também na armação da fase III da renegociação da dívida externa o presidente eleito foi informado, passo a passo, pelo ministro da Fazenda. Nos diversos encontros, Tancredo Neves pouco falou, mas a passagem de informações o abasteceu de todos os números sobre o setor externo, que ele cuidou de conhecer em detalhes, pessoalmente. O aceno para que os ministros comandassem o acerto da dívida externa, dado por Tancredo Neves, na ocasião, tinha e continua tendo uma justificativa: deixá-lo livre desse enorme peso e, portanto, imune às pressões para que a questão externa passe pelo crivo do Congresso Nacional.

A suspensão da renegociação foi vista como uma "atitude ponderada", pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Ele disse ao repórter Márcio Chaer, deste jornal: "É compreensível. Temos um novo governo a vista que, naturalmente, terá a responsabilidade de conduzir os acertos externos". Ele, porém, ainda desconhecia o comunicado divulgado em Nova York, marcando

a data de retorno à mesa de negociação.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

Antes de se inteirar do verdadeiro caráter da suspensão, o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará, indagado dos efeitos de "um rompimento" do acordo com os banqueiros, comentou: "Se eles fizeram isso, é o pior que podia ter acontecido com o Tancredo". Logo depois Távora telefonou a uma qualificada fonte da Sepian e recebeu a informação de que se tratava de uma suspensão temporária e não de um rompimento, conforme relatou posteriormente ao editor deste jornal, Walter Marques.

A data de retorno do presidente do Banco Central a Nova York, dia 28, ficará bastante próxima da visita do presidente eleito, Tancredo Neves, aos EUA. Ele estará em Washington, com o presidente Ronald Reagan, entre os dias 1º e 2 de fevereiro. Indagado sobre a possibilidade de acrescentar à missão negociadora um representante da nova equipe de Tancredo Neves, o ministro da Fazenda declarou: "Não contemplo essa hipótese".

Ele garantiu ainda que o acordo será fechado antes do dia 10 de fevereiro — data que encerra o prazo de "stand still" (suspensão dos pagamentos de amortizações) concedido pelos bancos ao Brasil. Durante o período que Pastore permaneceu em Nova York, foram introduzidas algumas importantes mudanças nas projeções do balanço de pagamento para este ano, que reduziram substancialmente a conta de juros a pagar até o final de 1985.